

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	17
1. ADMINISTRAÇÃO DOS IMPOSTOS DO SECTOR PETROLÍFERO	21
1.1. O problema da qualificação dos tributos derivados do petróleo	21
1.2. O imposto sobre o rendimento do petróleo	23
1.3. O papel da Concessionária Nacional e do Ministério dos Petróleos na tributação do petróleo	25
1.4. A inspecção fiscal às empresas petrolíferas	29
2. NATUREZA JURÍDICA DAS COMISSÕES DE FIXAÇÃO E DE REVISÃO DA MATÉRIA COLECTÁVEL	33
2.1. Enquadramento	33
2.2. Figuras afins das Comissões de Fixação e de Revisão	34
2.2.1. Procedimento de audição prévia	35
2.2.2. Revisão da matéria tributável fixada por métodos indirectos	36
2.3. A natureza <i>sui generis</i> das Comissões de Fixação e de Revisão	38
3. A COMISSÃO DE FIXAÇÃO DA MATÉRIA COLECTÁVEL	45
3.1. Enquadramento	45
3.2. A Comissão de Fixação e o <i>profit oil</i> da Concessionária Nacional	48
3.3. O prazo para a fixação da matéria colectável do IRP	52
4. A COMISSÃO DE REVISÃO DA MATÉRIA COLECTÁVEL	57
4.1. Enquadramento	57
4.2. Reacção ao acto de liquidação pelo contribuinte	60
4.3. A Comissão de Revisão e o recurso ao tribunal	63

5. BREVES RECOMENDAÇÕES	67
CONCLUSÃO	71
BIBLIOGRAFIA	75
ANEXO – LEI SOBRE A TRIBUTAÇÃO DAS ACTIVIDADES PETROLÍFERAS	79